

Analizando a crise das universidades estaduais do Rio de Janeiro como parte de um desmanche programado: o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Renata Maldonado da Silva

Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
E-mail: r.maldonado@globo.com

Marcos A. Pedlowski

Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
E-mail: pedlowma@uenf.br

Ricardo André Avelar da Nóbrega

Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
E-mail: ravelarnobrega@gmail.com

Luciane Soares da Silva

Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
E-mail: lucianecoltrane@gmail.com

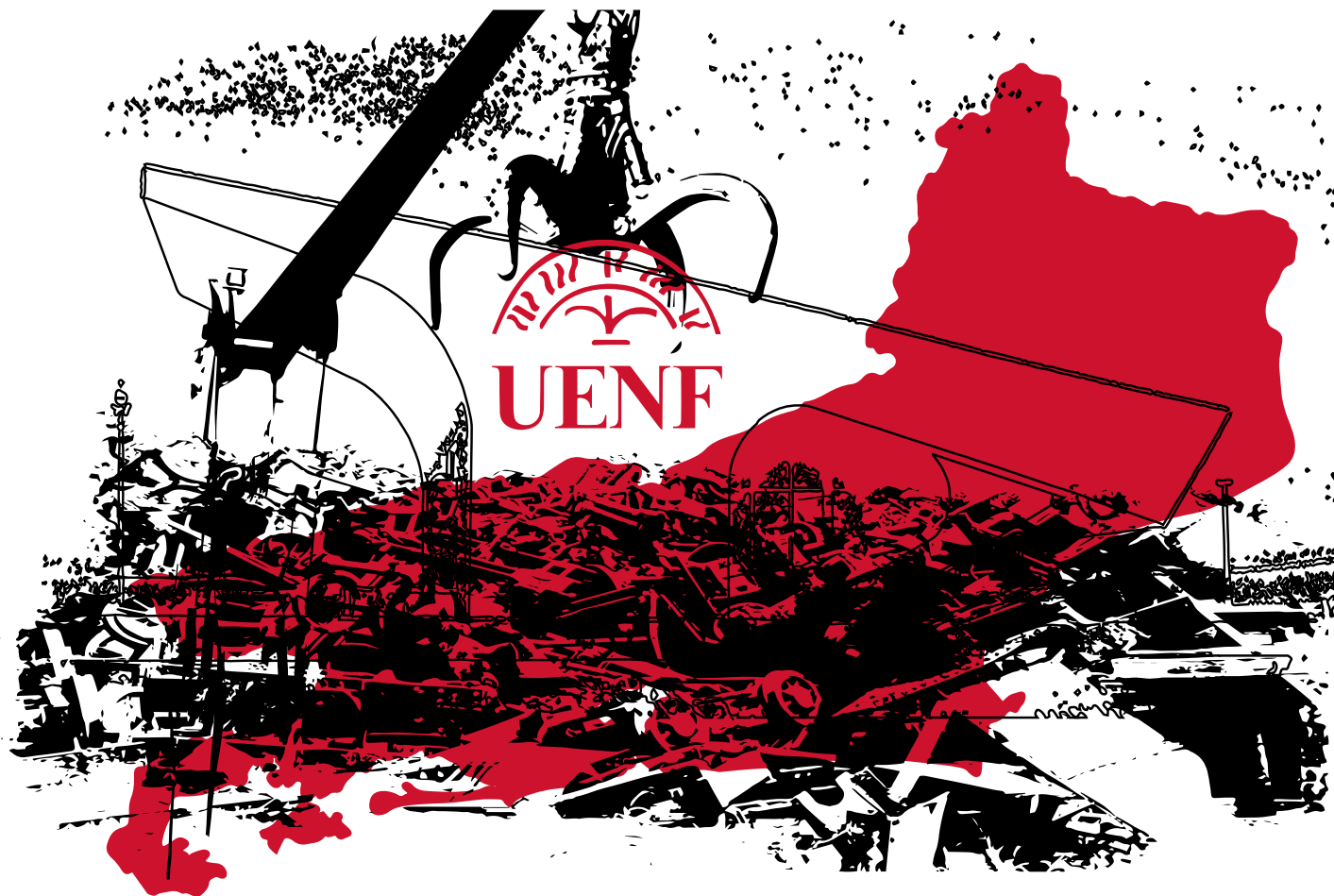
Resumo: O Brasil vem sendo palco nas últimas décadas da aplicação de uma série de políticas de recorte neoliberal que possibilitou uma forte expansão na oferta de ensino superior privado. A aplicação dessas políticas neoliberais também visou impor a lógica empresarial nas universidades públicas, enquanto se diminuía paulatinamente a disponibilidade de verbas para o pleno funcionamento das mesmas, no tocante ao tripé ensino-pesquisa-extensão. O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de precarização ao qual vêm sendo submetidas as universidades estaduais do Rio de Janeiro, analisando os efeitos perversos das políticas neoliberais e do projeto em curso de reduzir a oferta do ensino superior público, seguindo as recomendações dos organismos internacionais nesse âmbito. Para levar a cabo este objetivo, o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – que sofre com um agudo processo de asfixia financeira que vem sendo imposto pelo governo do Rio de Janeiro desde 2015 – foi tomado como base de análise.

Palavras-chave: Privatização. Precarização. Educação Superior. UENF. Políticas Neoliberais. Democracia Blindada.

Introdução

O objetivo do artigo é discutir as diferentes dimensões do processo de precarização ao qual as universidades estaduais do Rio de Janeiro vêm sendo submetidas, tendo como unidade de análise a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy

Ribeiro (UENF). Para alcançar este objetivo central, primeiramente serão discutidas as principais transformações pelas quais o ensino superior vem sofrendo no Brasil a partir da década de 1990, como resultado das modificações no processo produtivo e nas



redefinições no papel do Estado. Em segundo lugar, o papel das universidades estaduais no sistema universitário de ensino brasileiro será problematizado, tendo como análise a UENF. Finalmente, serão analisados os principais impactos do processo de redefinição do Estado brasileiro, a partir da gestão do governador Luiz Fernando Pezão (2014-2017) no caso do Rio de Janeiro, problematizando, especificamente, o caso da UENF.

No Brasil, o fim da ditadura civil-militar e o início do período denominado de “redemocratização” caracterizaram-se pelo aparecimento de um discurso hegemônico de que os problemas fiscais e econômicos vivenciados no país naquele momento teriam ocorrido pela excessiva generosidade do Estado no âmbito dos direitos sociais. A partir disso, iniciou-se uma série de reformas, ancorada nos pressupostos neoliberais, visando promover a retomada do crescimento e garantir a estabilidade econômica, a partir das “orientações” das organizações multilaterais de

financiamento e de parcelas do capital internacional, associados às classes dominantes brasileiras. Nesse contexto, o Estado brasileiro, por meio das frações das classes dominantes existentes no seu interior, promoveu uma série de reformas na educação superior com o objetivo manifesto de elevar os níveis de produtividade e de competitividade a partir da adoção de uma lógica empresarial. Essas reformas visavam, em última instância, garantir a adoção de racionalidade econômica que pudesse adequar o funcionamento das instituições públicas aos critérios definidos pelo mercado. Tais reformas tinham ainda como objetivo garantir as taxas de reprodução ampliada do grande capital, ao mesmo tempo em que buscavam submeter os trabalhadores às novas exigências da cultura empresarial, principalmente no que se relacionava à naturalização das desigualdades sociais intrínsecas ao sistema capitalista (NEVES, 2002, p. 26).

No caso dos países capitalistas periféricos, categoria no qual o Brasil pode ser incluído, as transforma-

ções na esfera produtiva impuseram um novo papel para a educação, em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais, sobretudo a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em 1990 na cidade de Jomtien, Tailândia, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Banco Mundial. De acordo com os documentos preparatórios desta conferência, a ampliação do acesso à educação deveria ser uma importante estratégia para atenuar os efeitos da pobreza. Desde a realização da Conferência de Jomtien, foram realizados inúmeros encontros, os quais corroboraram esta diretriz, a qual vem influenciando as políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990.

Durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), um dos elementos de destaque no processo de reformulação da atuação do Estado foi a inclusão da educação superior nas chamadas atividades não-exclusivas, o que possibilitou a abertura ao processo de privatização e precarização no interior das instituições de ensino superior públicas. Dentre as principais medidas implementadas no período, é necessário destacar: a

Durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), um dos elementos de destaque no processo de reformulação da atuação do Estado foi a inclusão da educação superior nas chamadas atividades não-exclusivas, o que possibilitou a abertura ao processo de privatização e precarização no interior das instituições de ensino superior públicas.

redução do financiamento público, a diminuição de concursos públicos, que foi retomada na gestão do Partido dos Trabalhadores a partir de 2004, e a introdução de mecanismos de controle da atividade docente, como a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que foi eliminada em 2009. Além disso, Neves (2002) destacou a possibilidade de prestação de serviços mediante a criação das “fundações”. As fundações são entidades de direito privado que, a rigor, não poderiam ter fins lucrativos e que, fundamentalmente, são subvencionadas pela esfera pública. Não por acaso, a gestão FHC foi marcada pelo discurso

da autonomia universitária, no qual as instituições teriam que se flexibilizar, a partir da instauração de contratos e convênios que incluiriam, fundamentalmente, a iniciativa privada.

O período em que a presidência da república foi ocupada pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016) foi marcado por um amálgama político que misturou os pressupostos políticos da social-democracia, ou da chamada terceira via, com o ideário neoliberal. Segundo Mancebo, no campo da educação superior, a aplicação das ações de governo deu continuidade a uma “reforma universitária em fatias” (2009, p. 50). Em função disso, deu-se prosseguimento às medidas que, embora aprovadas ou decretadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram concebidas no decorrer da gestão FHC, revelando afinidades ideológicas entre os dois governos (BESSA; MANCEBO, 2009, p. 50). Do ponto de vista estratégico, é possível verificar que trata-se de um projeto de reformulação do Estado, no qual a educação superior deve se articular às novas demandas da esfera produtiva e à nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, na qual sua condição heteronômica deve ser mantida ou até ampliada.

O fato é que durante os dois mandatos do presidente foi dada continuidade ao chamado processo de “empresariamento” da educação, o qual se configurou em “uma nova dimensão da relação entre Estado e iniciativa privada, na execução da política educacional ao longo da nossa história” (NEVES, 2002, p. 33). Segundo Mancebo *et al* (2015), desde o processo de reforma do Estado brasileiro, iniciado em 1995, a expansão do ensino superior é inegável, sendo o mesmo caracterizado por um duplo movimento. Por um lado, no âmbito do acesso, houve um crescimento do número de matrículas: de 1995 a 2010, na ordem de 262,5% (BESSA; MANCEBO, 2009, p. 35). Por outro lado, enquanto o aumento do número de matrículas nas IES públicas no período foi de 134,8%, na rede privada de ensino foi de 347,15% (MANCEBO *et al*, 2015, p. 34). Portanto, tratou-se da ampliação de um processo que vinha ocorrendo desde a ditadura civil-militar, configurando, na prática, numa expansão do mercado educacional. De acordo com as autoras, no período FHC (1995-2002), o aumento nas IES públicas foi de 30,8%, em relação ao montante

de 69,2% nas instituições privadas. Já em 2010, na segunda gestão do presidente Lula da Silva, verificou-se a manutenção do crescimento do setor privado, com 74,2% de matrículas, enquanto que nas IES públicas, a expansão foi de somente 25,8%, mesmo após a implantação do REUNI, do qual se mencionará mais à frente.

Além da ampliação do processo de privatização do ensino superior, com o crescimento do número de matrículas e de instituições privadas, Mancebo *et ali* (2015) destacaram, ainda, a expansão do ensino superior público, mediante o aumento de vagas, cursos, matrículas e instituições, a diversificação das IES e de cursos, principalmente com a utilização do ensino a distância (EAD), e a redefinição dos sentidos da pós-graduação no país, rumo ao que as autoras denominaram de “empresariamento do conhecimento” (p. 33). Entretanto, de acordo com o discurso oficial, um dos principais objetivos das políticas no âmbito do ensino superior nessa gestão do Partido dos Trabalhadores foi a de ampliar o acesso às classes menos favorecidas a esta modalidade de ensino.

No que se refere à distribuição da força de trabalho docente, de acordo com os dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior de 2015, existem 401.299 docentes em exercício e afastados no país. Destes, 174.436 estão em IES públicas, assim distribuídos: 111.086 em instituições federais; 55.505 em estaduais; e 7.846 em municipais. Entretanto, apesar das recentes políticas de interiorização das universidades federais, como o REUNI, o número de docentes em instituições privadas ainda é maior: 226.863. É interessante, contudo, que ao se analisar o número de docentes em universidades, ocorre o fenômeno inverso: 217.218 são docentes de instituições públicas e somente 72.848 estão em universidades privadas. As faculdades são as instituições que concentram o maior número de docentes no país: 112.859 (BRASIL, 2015).

Dentre as mudanças mais significativas e que foram implantadas nos últimos anos, tendo este objetivo, é possível destacar o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei n 11.096, de 11 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). O Prouni tinha como finalidade precípua conceder bolsas de estudo integrais ou parciais para estudantes dos cursos de

graduação ou de formação específicas em escolas privadas do ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

Por meio do ProUni, o governo Lula sinalizava a disposição de promover a ampliação do processo de democratização do ensino superior mediante a inclusão de camadas sociais que não possuíam acesso a este nível de ensino. No entanto, é importante indicar que esta ampliação se articulava à política do Estado brasileiro de promover o crescimento da nova burguesia de serviços, vinculada ao setor educacional e ao chamado processo denominado por Neves (2002) de empresariamento do ensino. Neste modelo, o Estado subsidiaria de modo indireto os empresários do setor educacional, ao mesmo tempo em que ampliaria o número de vagas ao ensino superior à população de baixa renda, buscando universalizar o acesso ao ensino universitário. De forma objetiva, o que se objetivou foi estabelecer uma nova relação entre o Estado e a rede privada de ensino, que fora inaugurada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual legitimou juridicamente a possibilidade de obtenção de lucro por parte das escolas privadas laicas.

Além da ampliação do processo de privatização do ensino superior, com o crescimento do número de matrículas e de instituições privadas, Mancebo *et ali* (2015) destacaram, ainda, a expansão do ensino superior público, mediante o aumento de vagas, cursos, matrículas e instituições, a diversificação das IES e de cursos, principalmente com a utilização do ensino a distância (EAD), e a redefinição dos sentidos da pós-graduação no país, rumo ao que as autoras denominaram de “empresariamento do conhecimento”.

Entretanto, é importante ressaltar que a distribuição dos recursos governamentais no que se refere aos empresários da educação superior não teve as mesmas proporções. Ao analisar o período 2004-2014, verificou-se que os gastos tributários na área de educação mediante o ProUni foi da ordem de 601 milhões de reais (MENDES, 2015). No que se refere ao FIES, que é responsável pelo financiamento para estudantes do ensino superior privado, foram gastos somente no ano de 2014 13,8 bilhões de reais, tendo um crescimento de 1.100% no mesmo período (MENDES, 2015). Segundo o mesmo autor, somente

o FIES foi responsável pelo gasto de 15% do orçamento federal em educação (p. 4).

O ProUni, apesar de ter sido criado em 2005, foi incorporado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), implementado pelo Executivo Federal, no ano de 2007. Não por acaso, o PDE era de um conjunto de programas vinculado ao chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi um dos carros-chefe do governo Lula da Silva. Além do ProUni, o PDE implementou outros cinco programas no âmbito da educação superior: o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior - FIES/PROUNI, com o objetivo de expandir o crédito educativo e seu prazo de ressarcimento às instituições. Além disso, possibilitou que as instituições de ensino superior privadas que aderiram a este programa possam quitar suas dívidas tributárias com a União, mediante a concessão de bolsas de estudo aos estudantes de baixa renda. Portanto, além de estimular as parcerias de natureza público-privada e subsidiar indiretamente o ensino privado, como no caso do ProUni, a reformulação do FIES, mais uma vez, beneficiou os empresários do setor educacional, ao permitir que estes regularizem sua situação fiscal mediante a adesão ao ProUni.

O ProUni, apesar de ter sido criado em 2005, foi incorporado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), implementado pelo Executivo Federal, no ano de 2007. Não por acaso, o PDE era de um conjunto de programas vinculado ao chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi um dos carros-chefe do governo Lula da Silva.

Contudo, um dos programas de maior impacto no âmbito do processo de reformulação do ensino superior, implementado pelo PDE, foi o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que, de acordo com o Executivo Federal, buscava promover a democratização do ensino superior. Um dos pontos principais do REUNI era o de diminuir as taxas de evasão e melhorar o aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos. O REUNI deveria também am-

pliar a mobilidade estudantil e reorganizar os cursos de graduação, com base no modelo universitário europeu, e a estrutura acadêmica.

Para que as instituições aderissem ao REUNI, seria necessário elaborar e apresentar em seus respectivos planos de reestruturação estratégias para cumprir as metas estabelecidas pelo programa, firmado através de contrato de gestão, assinado pelo Reitor da respectiva instituição federal de ensino superior - IFES, juntamente com o Ministério da Educação (MEC). As IFESs deveriam, assim, prever em seus planos de reestruturação estratégias e metas para a expansão dos cursos de graduação, principalmente noturnos, ampliando as vagas de ingresso e repondo as vagas ociosas, além de adotar medidas para reduzir os índices de evasão. Essa submissão às diretrizes do REUNI teriam que ocorrer num período de cinco anos, a contar da data de adesão, gerando mudanças objetivas na gestão universitária, principalmente no âmbito acadêmico, que influenciarão diretamente na formação dos estudantes.

De acordo com Bessa e Mancebo (2009), embora a proposta do REUNI tenha sido apresentada à sociedade como extremamente positiva, um dos seus principais problemas foi que o Decreto 6.096, que implementou o mesmo programa, condicionou as propostas apresentadas às possibilidades de repasse orçamentário do Ministério da Educação. Contudo, as universidades federais, diante dos congelamentos orçamentários que vêm ocorrendo nas instituições de ensino superior públicas desde a década de 1990, viram no programa REUNI a possibilidade de pleitear investimentos financeiros de até 20% das despesas de custeio de pessoal. Desta forma, iniciou-se uma nova etapa na (re)configuração das universidades públicas brasileiras, o que modificou suas estruturas acadêmica, administrativa e política por meio de sua adesão ao REUNI. Além disso, Bessa e Mancebo afirmam que a adoção das diretrizes do REUNI resultou no aumento de precarização do trabalho docente, reafirmando seu caráter multifacetado e flexível, pois acarretou não só no aumento da jornada de trabalho, mas, também, do tempo dedicado ao trabalho fora da instituição e na ampliação do número de estudantes sob sua responsabilidade.

Embora as universidades estaduais não estejam

diretamente articuladas aos programas governamentais voltados para o processo de expansão do ensino superior, tais como o REUNI, as transformações na esfera produtiva e a subordinação aos preceitos neoliberais postos em prática nos últimos anos pelo Estado brasileiro provocaram reformulações estruturais nesse âmbito de ensino, tais como o incentivo às parcerias público-privadas, alterações no perfil da pós-graduação, exigência de critérios de produtividade e precarização das relações de trabalho, como se tratará mais adiante. É importante registrar que as políticas implementadas pela União no ensino superior influenciam o modelo universitário no âmbito estadual, reformulando esta modalidade. Além disso, no contexto de forte restrição orçamentária e, diante da fragilidade da posição nos estados no chamado “regime de colaboração”, que está expresso na Lei de Diretrizes e Bases, as instituições de ensino superior estaduais públicas vêm sofrendo um grave processo de precarização que vem inviabilizando a função social do ensino superior no país.

As universidades estaduais como propulsoras da democratização do acesso ao ensino superior público: a primazia da UENF no Norte Fluminense

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior referentes ao ano de 2015, o sistema superior de ensino público brasileiro é composto por 2.346 instituições, das quais 2.069 são privadas e 295 são públicas. Dentro do universo de instituições públicas, 107 são federais, 120 são estaduais e 68 são municipais. É importante notar que, das 295 instituições públicas existentes, 195 são universidades, em comparação às instituições privadas, das quais apenas 88 são universidades (BRASIL, 2015).

Em relação ao número de matrículas no ensino superior, foram constatadas 8.027.297 no total. Destas, 1.952.145 estão nas IES públicas e 6.075.152 nas instituições privadas de ensino. Das matrículas nas IES públicas, 618.633 referem-se às instituições estaduais de ensino superior. No caso do estado do Rio de Janeiro, foram verificadas 670.931 matrículas no

ensino superior, das quais 169.699 nas IES públicas e 501.232 em instituições privadas. Nas universidades estaduais, estariam 29.803 matrículas em cursos presenciais e a distância no estado, o que corresponde a aproximadamente 25% das matrículas nas universidades públicas do estado (BRASIL, 2015).

No caso das IES estaduais, das 120 existentes, 38 são universidades, em todo o país. É importante destacar que, embora grande parte da revisão bibliográfica sobre o ensino superior esteja centrada no sistema federal de ensino, as universidades estaduais, historicamente, vêm ocupando um papel estratégico de ampliar o acesso ao ensino superior, principalmente para os alunos localizados no interior dos estados, antes da implementação do REUNI. De acordo com Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), o surgimento das universidades estaduais pode ser organizado em três principais momentos: o primeiro, com as primeiras tentativas dos poderes locais em implementar o ensino universitário, mediante a criação da Universidade do Paraná, em 1912¹, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934; no período entre 1940-1960, houve um avanço na criação do sistema federal de ensino superior e uma retração no âmbito estadual. Entretanto, foi nesse contexto que surgiram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1950; a Universidade Estadual de

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2015, o sistema superior de ensino público brasileiro é composto por 2.346 instituições, das quais 2.069 são privadas e 295 são públicas. Dentro do universo de instituições públicas, 107 são federais, 120 são estaduais e 68 são municipais. É importante notar que, das 295 instituições públicas existentes, 195 são universidades, em comparação às instituições privadas, das quais apenas 88 são universidades (BRASIL, 2015).

Campinas (UNICAMP), em 1962; e a Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), em 1976. O último período, a partir de 1980, as mesmas autoras acima citadas caracterizaram como o de maior expansão, com a criação da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em 1983, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 1987, e da Univer-

sidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em 1993.

No estado do Rio de Janeiro, que é o foco deste artigo, existem 13 instituições estaduais de ensino, das quais 9 estão localizadas no interior do estado. Destas, apenas duas são universidades. A primeira e mais antiga, a UERJ, foi criada em 1950, tendo como origem a antiga Universidade do Distrito Federal. A instituição dispõe de um *campus* principal, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e 7 *campi* localizados nos municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo, Petrópolis, Angra dos Reis-Ilha Grande, Nova Friburgo, Resende e Teresópolis.

A UENF, que é nosso foco de análise, foi fundada em Campos dos Goytacazes no ano de 1993. Sua criação foi proposta por iniciativa dos movimentos sindicais, de lideranças políticas regionais, da im-

O governador Leonel Brizola, eleito em 1990, designou o antropólogo Darcy Ribeiro como responsável pela implantação da UENF. A partir dos amplos poderes que recebeu no processo de implantação da UENF, Darcy Ribeiro instaurou um modelo inovador, com uma estrutura apoiada em laboratórios de pesquisa e não em departamentos, de modo que os alunos de graduação estivessem articulados aos projetos dos professores já nos semestres iniciais de sua formação.

prensa local e, sobretudo, da população campista, que realizou um abaixo-assinado que reuniu quase 8.000 assinaturas ao longo do ano de 1989. A partir disso, a UENF se tornou a primeira universidade pública a ser instalada na região Norte Fluminense.

O governador Leonel Brizola, eleito em 1990, designou o antropólogo Darcy Ribeiro como responsável pela implantação da UENF. A partir dos amplos poderes que recebeu no processo de implantação da UENF, Darcy Ribeiro instaurou um modelo inovador, com uma estrutura apoiada em laboratórios de pesquisa e não em departamentos, de modo que os alunos de graduação estivessem articulados aos projetos dos professores já nos semestres iniciais de sua formação. Além disso, desde o início de seu funcionamento, a UENF contou com um corpo docente integralmente composto por doutores atuando em

regime de Dedicação Exclusiva, fato da qual foi pioneira. Além disso, Darcy Ribeiro apontou a importância de a UENF promover o desenvolvimento local e possibilitar a formação de recursos humanos especializados na região Norte Fluminense e entorno.

Atualmente, a UENF se encontra em franco processo de consolidação e tem sido apresentada como um exemplo de excelência no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão. No âmbito do ensino, a instituição possui 19 cursos de graduação em diferentes áreas (engenharias, agrárias, humanas e biológicas), dentre os quais se destaca o de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, o primeiro do tipo do país e de grande importância para a região. Na pós-graduação, a UENF conta com 16 programas *strictu sensu* e um *lato sensu*, nos quais foram defendidos 1.833 dissertações de mestrado e 694 teses do doutorado.

A UENF também atua fortemente na formação de professores, tendo aderido ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/CAPES em seu lançamento, no ano de 2009, contando atualmente com cinco cursos na área de licenciatura. Além disso, a UENF também oferece três cursos semipresenciais: licenciatura em Ciências Biológicas, com 2810 alunos, sendo 1881 ativos; licenciatura em Pedagogia, com 751 alunos, sendo 608 ativos; e licenciatura em Química, com 462 alunos, dos quais 241 ativos. Um dos indicadores mais utilizados para evidenciar a qualidade dos cursos de graduação da UENF é o Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC, tendo sido a mesma designada como a 12ª melhor instituição brasileira em 2017.

É importante destacar que, em 2003, a UENF, juntamente com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também foi pioneira na implantação das ações afirmativas por meio da Lei Estadual nº 4.151, que instituiu reserva de vagas para o ingresso de alunos pretos e pardos nas universidades estaduais do estado do Rio de Janeiro. A partir de 2015, as políticas de ações afirmativas, na modalidade de cotas, também foram estendidas para a pós-graduação.

As atividades de pesquisa na UENF tiveram como resultado mais de 1.900 artigos publicados no triênio 2013-2015, numa média de 6,2 artigos por professor no período, além da publicação de livros e capítulos de livros. A UENF reúne, ainda, 73 Grupos de

Pesquisa cadastrados no CNPq e quase um terço de seu corpo docente possui bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, com 23 bolsistas Produtividade em Pesquisa nível 1 (PQ1 CNPq), 46 bolsistas Produtividade em Pesquisa nível 2 (PQ2 CNPq) e 3 bolsistas em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT-2 CNPq). No âmbito Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a instituição conta com 9 professores Jovens Cientistas do Nosso Estado (JCNE-FAPERJ) e 25 Cientistas do Nosso Estado (CNE-FAPERJ).

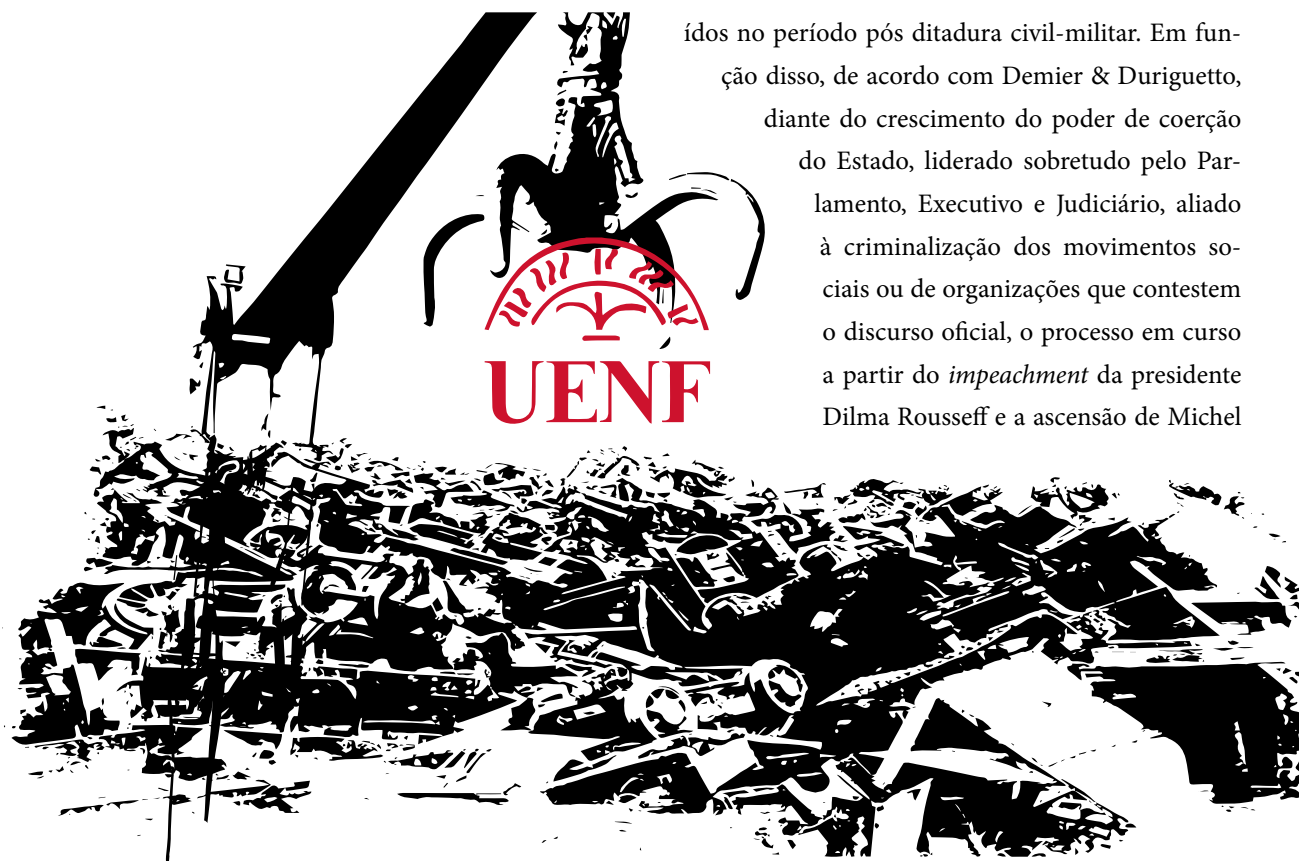
No que concerne ao corpo discente, em julho de 2016, atuavam no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica 287 bolsistas. O Programa conta com cota de 169 bolsas CNPq, sendo 142 de Iniciação Científica, 13 delas provenientes de Ações Afirmativas (CNPq-AF) e 27 de Iniciação Tecnológica, e 118 bolsas UENF/FAPERJ, distribuídas entre os centros da UENF.

Por sua vez, em 2015, a Pró-Reitoria de Extensão contemplou 115 projetos, alcançando mais de 60 mil pessoas das regiões de abrangência. Desse total, quase 40 mil pessoas participavam de atividades relacionadas ao meio ambiente e à saúde. O número de discentes e bolsistas do programa Universidade Aberta

envolvidos nesses projetos, naquele ano, perfazia um total de 354 participantes. Trata-se, portanto, de uma instituição que possui posição estratégica no município que é o sétimo mais populoso do estado do Rio de Janeiro (463.731 habitantes), mas que, segundo os dados oficiais do IBGE, aproximadamente 38% de sua população têm rendimento mensal declarado de até meio salário mínimo.

A crise da UENF no contexto da “democracia blindada”

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (2014-2016) foi marcado pelo acirramento da crise econômica no país, aliado ao esgotamento do modelo neodesenvolvimentista adotado pelo PT durante a sua gestão e “pelo projeto de concertação social petista levado a cabo nos últimos anos” (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 14). Em função da crise econômica, ocorreu o fortalecimento de frações da burguesia que buscavam recuperar suas taxas de lucro e promover o “crescimento econômico”, mediante um forte ajuste fiscal e ofensivas contrarreformistas, buscando, ainda, aniquilar completamente os reduzidos direitos sociais e trabalhistas restantes e construídos no período pós ditadura civil-militar. Em função disso, de acordo com Demier & Duriguetto, diante do crescimento do poder de coerção do Estado, liderado sobretudo pelo Parlamento, Executivo e Judiciário, aliado à criminalização dos movimentos sociais ou de organizações que contestem o discurso oficial, o processo em curso a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel



Temer à presidência da República pode ser caracterizado como “democracia blindada” (DEMIER, 2017).

Frigotto (2017) destaca ainda que, embora o golpe tenha sido protagonizado por setores ultraneoliberais que buscam promover o desmonte de todo o aparato público que resta no Estado brasileiro, houve, ainda, uma articulação com lideranças de extrema direita, que veiculam discursos de ódio contra os pobres, homossexuais ou quaisquer outros indivíduos que demonstrem algum pensamento crítico. Esse setor, no campo educacional, vem sendo conduzido pelo movimento Escola Sem Partido. Além disso, nessa mesma conjuntura, o Governo Federal vem, por meio da grande mídia, convencer amplos setores da população da urgência em implementar a PEC 55 e as reformas trabalhista e previdenciária, apresentando-as como a única solução possível para a grave crise econômica pela qual passamos.

No âmbito estadual, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff teve como um dos seus principais articuladores o ex-governador e ex-aliado Sérgio Cabral Filho, que se retirou do governo do estado do Rio de Janeiro no final de 2014 em função das inúmeras denúncias de corrupção que passaram a ser veiculadas pela grande mídia. A partir disso, a chefia

Importante notar que, sob o argumento de criar postos de trabalho, foram concedidas isenções fiscais estimadas em 218 bilhões de reais. Cerca de 50 empresas no estado são as maiores beneficiárias dessas isenções, tendo sido constatado que, no período 2008-2013, o estado deixou de arrecadar 138 bilhões em ICMS. Não por acaso, as contas referentes ao exercício orçamentário de 2016 não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

do Executivo passou a ser ocupada pelo atual governador Luiz Fernando Pezão, aliado político de Sérgio Cabral e também membro do PMDB. No cenário nacional de tentativa de realizar as reformas necessárias para “reequilibrar” as contas da União, o estado do Rio de Janeiro ocupou uma posição estratégica nesse contexto: em 2014, deu-se início uma grave crise econômica e política, que se arrasta até os dias atuais, tendo sido decretado, em 2016, estado de calamidade financeira.

De acordo com o discurso oficial do governo fluminense, a crise econômica teria ocorrido pelo aumento dos gastos do poder público, sobretudo com o funcionalismo público, embora a última recomposição salarial para os servidores da UERJ tenha ocorrido em 2002 e, no caso da UENF, em 2014, após quatro meses de greve. Outro elemento presente nesse discurso de crise baseou-se na redução dos *royalties* do petróleo, que é uma das principais atividades do estado, somado ao déficit previdenciário, demonstrando a forte aproximação com a retórica veiculada pela Governo Federal sobre a mesma questão. Entretanto, como salientaram Mancebo, Abelha e Reis (2017), nenhuma solução com o objetivo de ampliar a receita do estado foi cogitada. Além do aumento da alíquota de alguns impostos (IPVA e ICMS), o governo do Rio de Janeiro não realizou a revisão dos valores da dívida ativa ou desonerações fiscais, não adotou medidas de combate à sonegação de impostos e nem sequer cogitou cessar as generosas isenções fiscais que vêm sendo dadas a partir de 2007.

Importante notar que, sob o argumento de criar postos de trabalho, foram concedidas isenções fiscais estimadas em 218 bilhões de reais². Cerca de 50 empresas no estado são as maiores beneficiárias dessas isenções, tendo sido constatado que, no período 2008-2013, o estado deixou de arrecadar 138 bilhões em ICMS. Não por acaso, as contas referentes ao exercício orçamentário de 2016 não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nesse contexto de crise é que várias medidas de restrição de custeio, sob a desculpa de reduzir o nível das despesas públicas estaduais, passaram a ser aplicadas nas universidades estaduais, atingindo diretamente a UENF. O problema foi agravado a partir de 2015, por um processo crônico de atrasos no desembolso de recursos para a pesquisa via, principalmente, a redução do orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Em março de 2016, o Executivo Estadual encaminhou à ALERJ uma proposta de emenda constitucional (PEC 19/16) que propunha reduzir de 2 para 1% da receita líquida estadual à verba destinada à fundação até o fim de 2018.

A redução do orçamento para o sistema de ciência e tecnologia fluminense vai de encontro ao fato de

que o Rio de Janeiro é responsável por 20% da pesquisa realizada no Brasil, o segundo polo científico, e a FAPERJ é a principal agência de fomento no estado. Como a proposta não foi votada, em dezembro do mesmo ano, o governador Luiz Fernando Pezão, por meio de decreto, reduziu em 30% os repasses referentes a janeiro de 2016 (somente 1.4% da receita tributária do estado deve ser repassada). Em função disso, no ano de 2016, a instituição só pôde arcar com os custos das bolsas (cem milhões) com atrasos³. De acordo com o diretor científico da FAPERJ, Jeferson Lima e Silva, em visita à UENF em julho de 2017, a fundação deve aproximadamente 432 milhões à comunidade científica fluminense, referentes a projetos de pesquisa contratados nos anos de 2015 e 2016 e não pagos⁴.

A crise no governo estadual, somada à restrição imposta à FAPERJ, foram elementos que comprometeram as atividades desenvolvidas pela UENF a partir de meados de 2015. Além disso, no ano de 2016, o Executivo Estadual efetivou um corte no orçamento no valor de 18,4 bilhões. Na área de educação, o percentual foi de 9,3%. É importante registrar que a UENF faz parte do sistema estadual de ensino e deve ser mantida pelo poder público estadual. No âmbito legal, a Constituição Estadual assegurou a autonomia financeira para as instituições de ensino superior do estado, tendo sido determinando que o poder público nunca poderia destinar menos que 6% da receita tributária líquida, por meio de duodécimos, mensalmente. Contudo, esse artigo jamais foi aplicado, pois o Supremo Tribunal Federal considerou-o inconstitucional. Portanto, atualmente, a vinculação do repasse orçamentário da universidade é determinada pelo Poder Executivo, por meio das leis orçamentárias. No ano de 2016, o orçamento da universidade foi calculado no valor de R\$182.704.294,00, sendo aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Deste montante, aproximadamente 70% referiam-se às despesas de pessoal. Por outro lado, os 30% referentes às despesas de capital e custeio não foram repassados, abrindo caminho para uma profunda crise nas atividades da UENF.

A partir disso, a reitoria da UENF encaminhou inúmeros ofícios aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do estado, comunicando a impossibili-

dade de prosseguimento das atividades acadêmicas, em função da ameaça recorrente dos cortes de água, luz, combustível, veículos e telefone, pois a instituição necessita de pelo menos R\$3.000.000,00 mensais para o seu custeio. Entretanto, desde 2016, a UENF somente recebeu, em caráter extraordinário, a partir de uma emenda aprovada com recursos próprios da ALERJ, o montante de R\$1,5 milhão. Em função desse quadro, a universidade está inadimplente desde 2015 com as empresas terceirizadas e concessionárias de serviços públicos. Em março de 2016, o valor da dívida da UENF com essas empresas era de R\$11 milhões, sendo estimada no final de 2017 em cerca de R\$30 milhões.

Um exemplo das graves repercussões trazidas pela suspensão do repasse das verbas de custeio foi que os servidores terceirizados envolvidos na segurança patrimonial tiveram seus pagamentos atrasados por seis meses, sendo necessárias campanhas de recolhimento de alimentos para auxiliar na sua sobrevivência. Entretanto, ao fim desse período, a empresa contratada abandonou a UENF e demitiu todos os funcionários que ali prestavam serviços. Além dis-

A crise no governo estadual, somada à restrição imposta à FAPERJ, foram elementos que comprometeram as atividades desenvolvidas pela UENF a partir de meados de 2015. Além disso, no ano de 2016, o Executivo Estadual efetivou um corte no orçamento no valor de 18,4 bilhões. Na área de educação, o percentual foi de 9,3%. É importante registrar que a UENF faz parte do sistema estadual de ensino e deve ser mantida pelo poder público estadual.

so, houve um grande corte de aproximadamente 700 prestadores de serviços, em torno de 70% do total de prestadores que atuavam na UENF, que já se encontravam em relações de trabalho precárias. A instituição possuía, aproximadamente 1000 terceirizados, o que correspondia a quase o dobro dos funcionários concursados.

Ao longo dos seus 24 anos de existência, a UENF vinha se consolidando como uma instituição de excelência, propulsora do desenvolvimento local e formadora de recursos humanos especializados

para a região Norte Fluminense e entorno; entretanto, a partir da ausência dos repasses de custeio e capital, bem como a aplicação de uma prática de atrasos crônicos no pagamento dos salários de seus docentes e servidores técnico-administrativos, a UENF está ameaçada por um processo deliberado de desmonte e precarização conduzido pelo governo Pezão. Com a falta de repasse de recursos de custeio aprovados pelas leis orçamentárias estaduais desde outubro de 2015, as condições de trabalho na UENF encontram-se deterioradas e as atividades-meio da universidade – como segurança, limpeza e manutenção – foram as primeiras a serem prejudicadas nesse processo de sucateamento.

A falta de segurança patrimonial e de manutenção tem igualmente colocado em risco equipamentos de alto custo e resultados de pesquisas de longo prazo e de valor incalculável, com a ocorrência de uma série

Com a falta de repasse de recursos de custeio aprovados pelas leis orçamentárias estaduais desde outubro de 2015, as condições de trabalho na UENF encontram-se deterioradas e as atividades-meio da universidade – como segurança, limpeza e manutenção – foram as primeiras a serem prejudicadas nesse processo de sucateamento.

de furtos, assaltos e atos de vandalismo no interior e no perímetro externo do *campus* Leonel Brizola, em Campos dos Goytacazes. Isso foi ocasionado porque, como já apontado anteriormente, os serviços de vigilância da UENF foram suspensos em outubro de 2016 e não mais retomados. Embora tenham sido solicitados apoios à Guarda Municipal e à Polícia Militar, ao longo de 2017, houve casos de furtos e arrombamentos nas dependências da UENF, com prejuízos que vão desde a subtração dos equipamentos em si à interrupção de pesquisas que receberam grandes investimentos e representam grandes benefícios para a sociedade, tudo isso somado à insegurança a qual estão expostos alunos e funcionários.

Dentre os casos mais notáveis de prejuízos que estão sendo causados pela asfixia financeira imposta à UENF, é possível apontar o risco de perda de material biológico de grande importância, tais como: amos-

tras genéticas de animais e vegetais; banco de DNA humano; colônias de insetos; banco de sementes de espécies cultivadas e não cultivadas; e amostras coletadas ao longo de 15 anos de pacientes com tuberculose, hanseníase e toxoplasmose, fundamentais na pesquisa que visa descobrir novos medicamentos. A perda desse material biológico é incalculável do ponto de vista econômico, implicando um verdadeiro retrocesso na ciência e nos esforços em prol da superação da grave crise econômica que o Rio de Janeiro e o Brasil atravessam neste momento. Além disso, a falta de manutenção adequada pode ainda levar à perda de equipamentos de alto valor econômico para o desenvolvimento de pesquisas avançadas. Vários equipamentos de ponta existentes na UENF necessitam de energia elétrica e de ambientes climatizados para o seu funcionamento. O eventual desligamento desses equipamentos também implicará num alto custo para a sua calibragem e eventual retomada de atividades.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é que, desde 2016 até janeiro de 2017, a reitoria da UENF encaminhou três ofícios ao Secretário de Ciência e Tecnologia do estado, solicitando a publicação de 23 publicações encaminhadas ao Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro. Esses ofícios se referem ao pedido de prosseguimento de 18 concursos em andamento; à publicação do ato de investidura de servidores já empossados; aos resultados de nomeações; e, sobretudo, ao resultado dos processos referentes ao enquadramento e progressão dos servidores da UENF. Neste último caso, a ausência de publicação incide no não recebimento dos salários aos quais estes funcionários teriam por direito, a partir da sua progressão, avaliada pelas instâncias da universidade e corroborada pelo Conselho Universitário⁵.

Já os atrasos nos pagamentos dos salários – que têm ocorrido sistematicamente desde 2015 – tiveram efeitos igualmente devastadores para a comunidade acadêmica, criando um clima de apreensão, incerteza e desestímulo entre os trabalhadores e os alunos. Em 2016, em função da alta evasão de calouros, o segundo semestre do ano foi transferido, pois, além da dívida da instituição referente ao atraso de bolsas e salários (aproximadamente 50 milhões), o restaurante universitário foi fechado, os serviços de limpeza

atuavam precariamente e a vigilância foi suspensa⁶. A maioria dos docentes e técnicos administrativos encontra-se endividada em função da falta de seus salários e, portanto, impossibilitada de honrar seus compromissos financeiros e gastos cotidianos. A situação dos servidores da área administrativa e dos trabalhadores terceirizados, que não receberam seus direitos das empresas contratadas, é especialmente grave e muitos tiveram que recorrer a campanhas de doação de cestas básicas para poderem alimentar a si e as suas famílias, gerando um quadro altamente desmoralizador para toda a comunidade universitária.

A despeito da ação que tem sido conduzida pelo governo Pezão para desmoralizar as universidades estaduais, apontadas pela campanha privatista neoliberal como caras e ineficazes, a sociedade campista, principal beneficiária das ações da UENF, reconheceu a sua importância e vem ocupando um papel importante na defesa da instituição. Um exemplo disso foi a realização de um abaixo-assinado proposto pela Associação de Docentes da UENF (ADUENF) no primeiro semestre de 2016, quando foram coletadas aproximadamente 15 mil assinaturas em defesa dessa universidade pública, gratuita e de qualidade.

Além disso, a partir de articulações realizadas pela ADUENF, uma série de atividades tem sido realizada para conduzir ações de mobilização que possam articular o processo de resistência às formulas de precarização que estão sendo impostas pelo governo federal liderado por Michel Temer e aplicadas de forma diligente no plano estadual pelo governo Pezão.

Considerações finais

O presente artigo procurou demonstrar que as universidades estaduais do Rio de Janeiro estão sofrendo fortemente os efeitos de fórmulas neoliberais, adotadas a partir da ascensão do PMDB no cenário nacional, que visam, em última instância, extinguir o oferecimento de ensino superior público no Brasil. No caso da UENF, o processo de asfixia financeira foi iniciado pela interrupção do envio de recursos financeiros que viabilizavam o seu custeio pelo governo Pezão. Isso foi agravado pelo congelamento dos recursos da FAPERJ e também pelos atrasos crônicos

no pagamento dos salários dos servidores.

É importante ressaltar que a crise pela qual a UENF atravessa se insere em um conjunto de propostas com o objetivo de extinguir os reduzidos direitos sociais, conquistados arduamente pela classe trabalhadora fluminense. Dentre os integrantes dessa proposta, pode-se citar a extinção de programas de assistência no âmbito da habitação e da alimentação destinados à parcela mais pobre da população, o aumento das tarifas de transporte, o aumento do desconto previdenciário para os servidores estaduais (de 11% para 14%) e o congelamento dos gastos públicos até 2020, por meio da PEC 55. Embora alguns desses tópicos tenham isso retirados da pauta de votação, o Governo Federal vem impondo duríssimas regras ao estado do Rio de Janeiro para “auxiliá-lo” a sair da crise, mediante o chamado Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Trata-se de um balão de ensaio que o Governo Federal pretende utilizar no Rio de Janeiro para todos os estados que não conseguirem atingir o equilíbrio das contas públicas.

É importante ressaltar que a crise pela qual a UENF atravessa se insere em um conjunto de propostas com o objetivo de extinguir os reduzidos direitos sociais, conquistados arduamente pela classe trabalhadora fluminense.

Dentre as medidas exigidas pelo RRF, destacam-se o aumento da contribuição previdenciária, que pode chegar a até 22% dos salários dos servidores estaduais, plano de demissão voluntária, corte de despesas, extinção de órgãos públicos e aumento de impostos com o objetivo de ampliar a arrecadação. A principal garantia do empréstimo foi a privatização da Companhia de Água e Esgotos (CEDAE) e a antecipação dos *royalties* do petróleo, que já foram questionados (MANCEBO; ABELHA; REIS, 2017). Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional, em sua análise sobre o RRF do Rio de Janeiro, indica que o equilíbrio fiscal do Rio de Janeiro pode ser garantido, dentre outras medidas, mediante a revisão da oferta do ensino superior público no estado e a demissão dos seus servidores⁷. Não por acaso, essas “recomendações” se articulam às “orientações” propostas pelo Banco

Mundial, divulgadas em novembro de 2017 no relatório *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (World Bank, 2017), que sugere o fim da gratuidade do ensino superior público no país.

Portanto, o argumento aqui posto é que todas essas medidas têm como objetivo impor um processo de precarização que torne inevitável a privatização das universidades estaduais, como já foi sugerido pela Secretaria do Tesouro Nacional, basicamente pela combinação da adoção da cobrança de mensalidades de seus estudantes com a transformação dessas instituições em prestadoras de serviços para empresas e governos municipais. Entretanto, não está descartado que o processo de privatização seja ainda mais agudo com a venda das universidades estaduais do Rio de Janeiro para um dos grandes conglomerados privados que hoje controlam a maioria das vagas oferecidas no ensino superior brasileiro.

Para resistir a este processo de privatização das universidades públicas, o caso da UENF demonstra que será necessário ampliar os mecanismos de solidariedade e de organização sindical e também adotar estratégias que logrem incluir a maioria pobre da população na defesa das universidades públicas. A boa notícia é que, a partir de estratégias bem definidas de colaboração, é possível alcançar um alto nível de resistência aos projetos de precarização que estão sendo aplicados pelos diferentes níveis de governo.

Além da resistência de toda a comunidade ao desmonte do ensino superior público, gratuito e de qualidade, uma das possibilidades para o fortalecimento das universidades estaduais é a Proposta de Emenda Constitucional à Constituição Federal - PEC 47/2012, já aprovada pelo Senado Federal, que simplificaria o processo de transferência das verbas federais aos estados e municípios, ampliando a autonomia destes últimos e diminuindo a concentração do poder da União sobre os demais entes da federação⁸. Trata-se, portanto, de uma importante estratégia para ampliar a autonomia financeira das universidades estaduais, de modo que estas fiquem menos vulneráveis às becesses e concessões dos governos locais, podendo, efetivamente, gerir seus recursos de forma mais independente⁹. **US**

notas

1. Trata-se da atual Universidade Federal do Paraná.
2. Fonte: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/rj-deu-r-218-bi-de-beneficio-fiscal-em-10-anos-e-sem-controle-confiavel-diz-tce.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2017.
3. Fonte: <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/em-crise-faperj-nao-paga-editais-e-perde-30-do-orcamento>. Acesso em: 03 dez. 2017.
4. Fonte: <http://www.uenf.br/dic/ascom/2017/07/05/informativo-da-uenf-06-07-17>. Acesso em: 03 dez. 2017.
5. Informações disponibilizadas no site: <http://www.uenf.br/dic/ascom/2017/01/10/nota-da-reitoria-10-01-17>. Acesso em: 02 dez. 2017.
6. Fonte: http://novosite.ururau.com.br/cidades/aef6331b166315a063682b15dac6dbb45405fd3c_evasao_estudantil_faz_uenf_transferir_o_reinicio_das_aulas_para_o_dia_06_de_fevereiro. Acesso em: 03 dez. 2017.
7. Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/2017/09/05/desmonte-governo-temer-pede-o-fim-da-uerj-e-demissao-de-servidores>. Acesso em: 03 dez. 2017.
8. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/14/pec-que-favorece-fundos-de-estados-e-municipios-volta-a-ccj>. Acesso em: 02 dez. 2017.
9. Até o fim do artigo, os professores e técnicos da UENF estão em greve desde agosto de 2017, já sendo acumulados quatro salários e meio atrasados (13º salário de 2016, os meses de setembro, outubro e novembro e a primeira parcela do décimo terceiro de 2017). Os bolsistas da instituição já estão com três bolsas atrasadas (setembro, outubro e novembro).

- BESSA Léda, Denise, Mancebo, Deise, REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade** [en linea] 2009, 34 (Enero-Abril): [Fecha de consulta: 4 de octubre de 2017]. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227053004>>. ISSN 0100-3143.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 4 out. 2017.
- BRASIL (2005). Presidência da República. Lei n 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2015.
- DEMIER, Felipe; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, 2017.
- DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Maud, 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O Golpe de Estado e o desmanche da universidade e da esfera pública. In: Marcel, Phellipe; PAVAN, Yuri; SIQUEIRA, Mauro (orgs.). **Hoje acordei para a luta**: intelectuais em defesa da universidade pública. RJ: EDUERJ, 2017. pp. 49-59.
- MANCEBO, DEISE, ARAUJO DO VALE, ANDRÉA, BARBOSA MARTINS, TÂNIA, Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação** [en linea] 2015, 20 (Enero-Marzo): [Fecha de consulta: 4 de octubre de 2017]. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27533496003>>. ISSN 1413-2478. Acesso em: 4 out. 2017.
- MANCEBO, Deise; ABELHA, Guilherme; REIS, Rodrigo dos. O mito do autofinanciamento da UERJ como estratégia para o aumento da expropriação do fundo público no Rio de Janeiro. In: Marcel, Phellipe; PAVAN, Yuri; SIQUEIRA, Mauro (orgs.). **Hoje acordei para a luta**: intelectuais em defesa da universidade pública. RJ: EDUERJ, 2017. pp. 69-82.
- MENDES, M. J. **A Despesa Federal em Educação**: 2004-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (Boletim Legislativo nº 26, de 2015). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- NEVES, Lúcia M.W. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.
- SAMPAIO, Helena, BALBACHESKY, Elisabeth, PEÑALOZA, Verônica. **Universidades estaduais no Brasil**: características institucionais. São Paulo: NUPES/USP, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.
- World Bank. 2017. **Volume I: síntese**. Washington, D.C.: World Bank Group. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-síntese>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

referências